

PARAÍBA: SÍNTESE HISTÓRICA E EVOLUÇÃO CULTURAL

José Octávio

Criada **de direito** em 1575, quando da constituição da capitania real desmembrada de Itamaracá, a Paraíba, somente começou a existir **de fato** em 1585, com a fundação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves que depois se chamaria Frederica, cidade da Paraíba e, finalmente, João Pessoa.

O retardamento da conquista explica-se pela resistência dos índios potiguaras, aliados aos franceses traficantes de pau-brasil. Os potiguaras, primitivos habitantes da terra, somente foram vencidos depois de aliança celebrada pelo ouvidor de Olinda, Martim Leitão, com os recém-chegados tabajaras, do cacique Piragipe, o braço de peixe. João Tavares e Frutuoso Barbosa tornaram-se então os primeiros capitães-mores, denominação emprestada aos atuais governadores. A partir daí, a Paraíba compôs verdadeira epopéia de lutas desdobradas na insurreição contra os holandeses no século XVII, resistência dos índios da Confederação dos Cariris no século XVIII, rebeliões liberais e populares no século XIX, liderança nacional na Revolução de 1930 e atuação das Ligas Camponesas em prol da reforma agrária no período 1958/64.

GEO-HISTÓRIA e REGIÕES

Cortada ao meio pelo maciço da Borborema que lhe singulariza a feição geográfica, a Paraíba integrou seu território através da ocupação das regiões do litoral e sertão, em épocas e condições diversas. Se o litoral seria colonizado a partir do século XVI, com as fortificações militares e engenhos, responsáveis pelo povoamento da zona canavieira, a conquista do sertão, centrada na pecuária e no algodão, somente ocorreria a partir das últimas décadas dos anos seiscentos. À região de Borborema, em cima da qual se encontra o chamado **Brejo**, com a relativa altitude de suas terras úmidas, caberia interligar essas duas áreas de colonização, o que explica o surto de urbanização aí verificado, na passagem da segunda metade do século XIX e início do XX, mediante a formação de cidades como Areia, Bananeiras, Alagoa Grande e, finalmente, Campina Grande. Esta, a partir da inauguração da via férrea, em 1907, tornar-se-ia o grande empório comercial-algodoeiro dos sertões nordestinos.

ZONA AÇUCAREIRA E INVASÕES HOLANDESAS

Os holandeses dominaram a Paraíba de 1634 a 1654, quando desenvolveram novas técnicas de extração do açúcar e firmaram sobre

a capitania excelentes relatórios assinados por Adrien van der Dussen, Servaes Carpenter, Vandonek e, sobretudo, Elias Herckman. O deste último, considerado o mais importante, intitula-se **Descrição geral da Capitania da Paraíba**. Na resistência que sobreveio, animada por competições que colocavam frente a frente senhores de engenho e representantes da burguesia mercantil flamenga, destacou-se o jovem André Vidal de Negreiros que chegou a incendiar os canaviais do próprio pai a fim de manter viva a insubmissão nativista nas terras do baixo Paraíba.

A CONQUISTA DO SERTÃO

A conquista do sertão da Paraíba situa-se na expansão da fronteira geográfica do Nordeste, nos séculos XVII e XVIII. Trata-se de um processo somente definido em 1730, com o esmagamento da Confederação dos Cariris que reuniu as tribos indígenas do vale do Piranhas, desde o Rio Grande do Norte. Data dessas lutas a penetração dos chamados **currais** e, com eles, a criação das primeiras povoações sertanejas, lideradas pelo Arraial da Nossa Senhora do Bonsucesso do Piancó (futura Pombal) onde, em 1711, seria edificada a capelinha da Igreja do Rosário. Ao domínio, apenas nominal da Casa da Torre, senhora de vastas propriedades, desde a Bahia até o Piauí, sucedeu a penetração de cruéis bandeirantes e entradistas contra quem se rebelaram os índios. A colonização do sertão paraibano teve como elemento básico os chamados **sesmeiros**, geralmente mamelucos, dedicados à criação de gado e plantio do algodão nos vales do Taperoá, Espinharas, Piancó e Peixe.

CRISE E INCORPORAÇÃO A PERNAMBUCO

O século XVIII seria um dos mais importantes da Paraíba e, nele, a capitania, às voltas com as conseqüências do domínio holandês, mergulhou em seriíssima crise, agravada pela Inquisição, expulsão dos jesuítas e dura exploração econômica da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba. Em razão do sistema do monopólio adotado pela Companhia, a Paraíba perdeu sua autonomia, mediante anexação à vizinha capitania de Pernambuco, situação que perdurou de 1756 a 1799. A crise paraibana do século XVIII explica as revoluções liberais do século seguinte e será analisada em relatório do governo Fernando Delgado, no ano de 1799.

DAS REVOLUÇÕES LIBERAIS

Na passagem do século XVIII para o XIX novas idéias de caráter liberal e enciclopedista, animadas pela maçonaria, penetraram na

Paraíba, responsabilizando-se pelo surto revolucionário que sucederá. Foi essa a época em que o padre Arruda Câmara, formado em medicina na França, procurou transportar para o ensino o chamado naturalismo, baseado, sobretudo, em pesquisas da flora nordestina. Imediatamente sobrevieram as revoluções de 1817, 1824 e 1848, de tendências republicanas, democráticas e federalistas. Em 1817, a liderança da revolução, na Paraíba, pertenceu aos oficiais da milícia Peregrino de Carvalho e Amaro Gomes Coutinho, enforcados pelo crime de pretenderem a emancipação da pátria em formação. Em 1824, depois de indecisos combates travados na região de Itabaiana, o eixo da Confederação do Equador deslocou-se para Areia, onde a liderança republicana caiu nas mãos do sargento-mór Félix Antônio, cujo assassinato seria vingado pela esposa. Em 1848, com Areia mais uma vez no centro dos acontecimentos, a liderança pertenceria aos chefes revolucionários Borges da Fonseca, Joaquim dos Santos Leal e o futuro historiador Maximiano Machado que sobre o evento escreveria o livro **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba**.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E REBELIÕES POPULARES

Apesar da rigidez da estrutura econômico-social baseada no latifúndio e no trabalho escravo, as massas populares sempre procuraram assinalar intensa participação na História da Paraíba. Enquanto os escravos formaram quilombos no Cumbe, Catucá e região do Piancó, os índios potiguaras e cariris resistiram aos que lhes disputavam as terras. No século XIX, a par do abolicionismo de professores, estudantes, jornalistas e sociedades emancipadoras, o chamado povo miúdo reagiu mediante movimentos intitulados Ronco da Abelha, Serra do Lagomar e Quebra-Quilos. No século atual, as primeiras manifestações de protesto social assumiram a forma de messianismo e cangaço. Depois é que sobrevieram manifestações mais articuladas, contra o nazi-fascismo em 1943/45 e pela reforma agrária na fase culminante do populismo, de 1958 a 64. Ainda mais recentemente, coube à Igreja, sob a liderança do Arcebispo Dom José Maria Pires, assumir a defesa dos posseiros e pequenos sitiantes, despojados de suas terras, em Alagamar, Tabu, Lameiro, Mucatu e Mata de Vara, por força da penetração do capitalismo no campo.

OLIGARQUISMO E ANTI-OLIGARQUISMO

Na Paraíba, como de resto no Brasil, durante a República Velha (1889/1930), o poder esteve nas mãos de oligarquias organizadas por Venâncio Neiva, Álvaro Machado e Epitácio Pessoa, responsáveis pela chamada "política dos governadores" nos limites do Estado. Contra essas oligarquias levantaram-se, porém, nos planos político, jornalístico e doutrinário, vários paraibanos de tendências democráticas como o histo-

riador Irineu Joffily, o senador Coelho Lisboa e o presidente Castro Pinto. A mais veemente tentativa de desoligarquização da Paraíba verificou-se no governo João Pessoa (1928/1930), ao transferir para o Estado as funções de arrecadação fiscal, segurança, construção de estradas, crédito bancário e administração municipal, até então exercidas pelos coronéis. Daí decorreram o levante armado de Princesa e o assassinato do presidente do Estado, emocionalmente convertido em bandeira da Revolução de 1930.

A PARAÍBA E A REVOLUÇÃO DE 30

A liderança regional e até nacional exercida pela Paraíba, na Revolução de 30, representou o mais importante acontecimento de toda a história paraibana. Embora não se devam esquecer as questões econômicas, institucionais, sócio-culturais e militares do Brasil da época, a liderança paraibana positivou-se a partir da recusa do governo João Pessoa em aceitar o candidato à presidência da República Júlio Prestes, imposto pelo Catete. Constituiu-se então pela Aliança Liberal a chapa Getúlio Vargas/João Pessoa, o que motivou violenta reação do governo federal cujos serviços públicos foram utilizados para pressionar o governo João Pessoa e sufocar a autonomia estadual. A situação agravou-se com o levante de Princesa (fevereiro/março de 1930) que, liderado pelo coronel José Pereira, contou com o apoio do coronelato estadual do açúcar e do algodão, governo dos Estados vizinhos, comércio pernambucano e complacência do governo federal que dificultou a importação de armas pelo governo paraibano. Nesse contexto, o assassinato do presidente paraibano, a 26 de julho, em Recife, ensejou franca pregação revolucionária, na imprensa, praças públicas e Assembléia do Estado. Deflagrada a 3 de outubro, a Revolução de 1930 espraiou-se pelo Nordeste, do Maranhão à Bahia. Isto tornou-se possível pela adesão das tropas federais do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia, então estacionadas em território paraibano.

EPITÁCIO PESSOA

Paraibano de Umbuzeiro, que secretariou o governo Venâncio Neiva (1889/90), em seguida ao que se converteu em deputado federal, quando se notabilizou pelos discursos proferidos contra a ditadura de Floriano Peixoto, Epitácio Pessoa é considerado uma das maiores figuras da vida pública paraibana de todos os tempos. Procurador e ministro do Supremo Tribunal Federal, retornou à política em 1911, quando seu prestígio junto ao presidente Hermes da Fonseca impediu que o Estado caísse sob dominação militar. Derrotando em 1915 os seguidores do Monsenhor Valfredo Leal, Epitácio passou a eleger todos os presidentes da Paraíba, o que lhe ensejou chegar à presidência da República em 1919, quando

da eventual divergência entre as oligarquias paulista e mineira. Também senador da República e representante do Brasil junto à Corte Internacional de Haia, Epitácio muito contribuiria para a Revolução de 1930 que, paradoxalmente, eliminaria sua influência política. O Instituto Nacional do Livro publicou-lhe as **Obras Completas** em trinta e dois volumes, enquanto a Câmara dos Deputados coletou seu discurso no volume 7 da coleção **Perfis parlamentares**.

SINOPSE ECONÔMICA

A coleta de pau-brasil nas matas litorâneas de Mamanguape e Baía da Traição constituiu a primitiva motivação para os estrangeiros aportarem às costas da Paraíba, em meados do século XVI. Logo em seguida, as várzeas paraibanas próximas à costa encheram-se de canaviais, razão por que caberia ao açúcar a condição de suporte da economia paraibana, na colônia. No sertão, marcado, por menores distâncias sociais, a pecuária tornou-se a atividade fundamental, com o algodão, todavia, assumindo maior expressão graças à expansão de suas lavouras a outras regiões do Estado e associação aos mercados internacionais. Como no restante do Brasil, a economia paraibana desenvolveu-se por ciclos que assinalavam a predominância de um produto que logo cairia. Tal o caso do café que, na passagem do século XIX para o atual, chegou a gerar fortunas em Areia, Alagoa Nova, Bananeiras e Umbuzeiro. Em torno da segunda guerra mundial, a economia paraibana, onde de há muito o fumo e o abacaxi ocupava, com o milho e o couro, relativos espaços, apoiou-se no sisal, produzido principalmente na caatinga litorânea e Curimataú. De 1960 para cá, graças em grande parte aos incentivos da SUDENE, a Paraíba enveredou pela industrialização, do que resultaram os distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande. Contudo, o setor terciário, assinalado por grandes empresas públicas prestadoras de serviços, ainda representa o principal gerador de renda e empregos, tanto mais porque o complexo têxtil que chegou a dispor de representativos pólos em Santa Rita e Rio Tinto, acha-se em profunda crise.

O PROBLEMA DAS SECAS

As constantes secas que incidiram sobre o sertão paraibano, forçando as tribos indígenas a buscarem o litoral e acarretando, posteriormente, maciços deslocamentos de população, impuseram, desde o século passado, política de açudagem convertida no principal fator de civilização sertaneja e integração desta com o litoral. Essa política, iniciada com a construção do açude Poços, na serra do Teixeira, alcançou larga expressão durante a presidência da República Epitácio Pessoa, de 1919 a 1922. Sus-pensas durante o quadriênio Artur Bernardes (1922/26), as obras contra

as secas retomaram impulso com a ação de outro paraibano, José Américo de Almeida, discípulo de Epitácio e ministro da viação de 1930 a 34 e de 1952 a 54. Presentemente, embora tal potencial ainda se ressinta de melhor aproveitamento, a Paraíba faz-se um dos Estados nordestinos de maior volume d'água represada, graças, em grande parte, aos açudes de Curemas, Boqueirão de Cabaceiras, Engenho Avidos, São Gonçalo, Sumé, Condado e Pilões. Atentando para esse dado, é que o governador Wilson Braga criou a Secretaria de Recursos Hídricos, à qual se encontra subordinado o Projeto Canaã, cujo objetivo consiste em incrementar a pequena e média açudagem em áreas ainda delas carentes.

HISTORIOGRAFIA E REALIDADE PARAIBANA

Desde o jesuíta Simão Travassos, cuja narrativa sobre os primeiros eventos da Paraíba recebeu a denominação de **Sumário das Armadas**, a historiografia paraibana contraíu compromisso de apreensão crítica da terra e do homem. Nessa linha é que os fundamentos da História da Paraíba encontram espaço em dois livros portentosos que são a **História do Brasil**, de Frei Vicente do Salvador, testemunha ocular da conquista da Paraíba, e os **Diálogos das Grandezas do Brasil**, de Ambrósio Fernandes Brandão, judeu português, senhor de engenho na várzea do Paraíba. No século XVII, os cronistas holandeses, liderados por Elias Herckman, firmaram importantes relatos sobre a Paraíba, antecedendo em mais de um século o relatório do governador Fernando Delgado, que é de 1799. Na seqüência de observações firmadas por viajantes estrangeiros como o inglês Henry Koster e autoridades como o governador provincial Henrique Beaurepaire Rohan, a moderna História da Paraíba delinea-se na passagem do século XIX para o atual, com os estudos de Irineu Joffily, Maximiano Machado e Irineu Pinto. No século XX, José Américo, com **A Paraíba e seus problemas** (1923) e o francês Jean Blondel com **As condições de vida política na Paraíba** (1957) estabelecem dois marcos de estudos histórico-políticos, continuados, segundo José Honório Rodrigues, pelos trabalhos de Coriolano de Medeiros, Celso Mariz, Adhemar Vidal, Delmiro de Andrade, Elpídio de Almeida e os mais novos Geraldo Joffily, Archimedes Cavalcanti, Deusdedit Leitão, Eduardo Martins e José Octávio.

LITERATURA E CONSCIÊNCIA SOCIAL

O poeta Augusto dos Anjos e os ficcionistas José Vieira, José Américo e José Lins do Rego representam os maiores expoentes da literatura paraibana, que significa importante polo para conhecimento da realidade que exprime. Originária do jornalismo, a que se associou, a literatura paraibana refletiu, inicialmente, as transformações sócio-culturais do período posterior a 1920, quando a liderança de Carlos Dias Fernandes fermentou inclinações modernistas em Américo Falcão, Raul Machado, Pe-

rilo de Oliveira e Silvino Olavo na poesia, Álvaro de Carvalho, Alcides Bezerra e monsenhor Pedro Anísio na crítica, Adhemar Vidal no folclore e Orris Soares no teatro. A inspiração da dupla José Américo/José Lins, mais que o classicismo castiço de José Vieira inspirará os mais recentes romancistas paraibanos como Manuel Octaviano, Permínio Asfora, Ernani Satyro, Nelson Lustosa Cabral, Francisco Pereira e Flávio Satyro, a que se associarão, na crítica, Alyrio Wanderley, Juarez Batista, Virgínius da Gama e Melo, Ascendino Leite, Geraldo Carvalho, Jurandy Moura, Gemy Cândido e Hildeberto Barbosa Filho. Na poesia, Félix Araújo, Vanildo Brito, Figueiredo Agra, Jomar Souto, Celso Novaes, Sérgio Castro Pinto, Marcos Tavares e Eulajose Dias de Araújo são nomes de peso, tanto quanto Rubens Campos, Gonzaga Rodrigues, Wellington Aguiar e Natanael Alves na crônica, Adalberto Barreto, Maria José Limeira, José Leite Guerra e Políbio Alves no conto e Altimar Pimentel, Paulo Pontes, Lourdes Ramalho, Iracles Pires e Fernando Teixeira no teatro. Entre os principais animadores da cultura paraibana ressaltam-se Jomar Moniz de Brito em João Pessoa, Elizabeth Marinheiro em Campina Grande e o cônego Ruy Vieira em Areia, além do Grupo José Honório em todo o Estado.

UNIVERSIDADE E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

A transposição histórica de uma sociedade agrária e patriarcal, para uma outra, de feição urbana e terciária, trouxe consigo o surgimento da Universidade, hoje convertida no pivô da vida cultural do Estado. Com seus **campi** de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras, a Universidade Federal da Paraíba é a principal delas, seguida pela Universidade Regional do Nordeste em Campina Grande e a Universidade Autônoma de João Pessoa. Escolas superiores isoladas existem ainda em Patos e Guarabira, mantidas pela Fundação Francisco Mascarenhas e Prefeitura Municipal. O fenômeno significou o fortalecimento de atividades culturais específicas, nas áreas das artes plásticas, música e folclore, hoje cientificamente tratadas. Na pintura, a Paraíba dispunha da tradição de Pedro Américo, Aurélio Figueiredo e Santa Rosa, atualmente revivida por artistas do nível de Raul Córdula Filho, Flávio Tavares, Miguel dos Santos e José Altino. A música que chegou a produzir os irmãos João e José Batista Siqueira, além do maestro Joaquim Pereira, desenvolve-se a nível universitário com as pesquisas e criações de Pedro Santos, Marcos Vinicius, Domingos Ribeiro e José Alberto Káplan, além de outros artistas pertencentes à chamada música popular. Já o folclore, onde Rodrigues de Carvalho pontificou no início do século com seu **Cancioneiro do Norte**, vitaliza-se com as colocações de Sabiniano Maia, Oswaldo Meira Trigueiro, José Nilton, Tereza Aquino e Valdélia Barros. No conjunto dessas manifestações artísticas, merece especial registro o cinema, convertido durante o período 1955/65 em setor de ponta da cultura paraibana. Foi es-

sa a época do documentário **Aruanda**, de Linduarte Noronha, ponto de partida para intensa atividade cine/clubística, crítica e documentarista de que resultaram filmes, curtas-metragens e estudos de, entre outros, Vladimir Carvalho, Machado Bittencourt, Jomard Moniz de Brito, João Ramiro F. de Melo, Paulo Melo, Ipojuca Pontes e Wills Leal.

(*Presença Literária*, ano 2, nº 5, João Pessoa, jul./set. de 1984).